



DOI: 10.30681/issn23163933v29n02/2020p324-365

ENTRE A LINGUÍSTICA E A LÓGICA: OS INDEFINIDOS¹

BETWEEN LINGUISTICS AND LOGIC: ISSUES WITH UNDEFINED EXPRESSIONS

Jorge Alberto Molina²

Marcos Luiz Cumpri³

Recebimento do texto: 22/06/2020

Data de aceite: 17/06/2020

RESUMO: Neste trabalho nos ocupamos da interpretação e descrição dos enunciados contendo expressões indefinidas. Na primeira parte apresentamos o problema objeto de discussão e distinguimos entre uma análise lógica e uma análise linguística dos enunciados. Na segunda parte, tecemos algumas considerações sobre a quantificação das expressões predicativas. Na terceira apresentamos duas hipóteses sobre a natureza dos indefinidos que chamamos, seguindo Ducrot, hipótese enunciativa e hipótese existencial. Na quarta parte expomos os argumentos contra a hipótese existencial, as réplicas de Ducrot a essas razões e alguns argumentos contra a hipótese enunciativa. Na quinta parte fazemos um balanço da questão e apresentamos nossas conclusões.

PALAVRAS-CHAVE: Semântica; Enunciação; Lógica; Indefinidos; Ducrot.

ABSTRACT: In this work we have dealt with the interpretation and description of utterances containing undefined expressions. In the first part we present the main problem of discussion and we distinguish between a logical analysis and a linguistic analysis of the utterances. In the second part, we point out some considerations about the quantification of predicative expressions. In the third part we present two hypotheses about the nature of undefined that we call, based on Ducrot, enunciative hypothesis and existential hypothesis. In part four we expose the arguments against the existential hypothesis, Ducrot's replicas to these reasons and some arguments against the enunciative hypothesis. In the fifth part we take a stock of the matter and present our conclusions.

KEYWORDS: Semantics; Enunciation; Logics; Undefined expressions; Ducrot.

¹ Apoio: CAPES

² Universidade Estadual de Rio Grande do Sul (UERGS). Doutor em Lógica e Filosofia da Ciência. E-mail: jorge-molina@uergs.edu.br

³ Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/UNEMAT). Doutor em Linguística e Língua Portuguesa. E-mail: marcoscumpri@yahoo.com.br





Apresentando o problema

Trataremos neste artigo do significado dos enunciados que contêm expressões indefinidas em função de quantificadores, tanto no sujeito quanto no predicado. Eis alguns exemplos desse tipo de enunciado:

- (1) Comprei **uns** livros.
- (2) Falei com **certas** pessoas sobre isso.
- (3) Folheei **algumas** revistas.
- (4) Cometeste na prova **alguns** erros.
- (5) Falaste **algumas** verdades inconvenientes.
- (6) **Alguns** políticos são corruptos.
- (7) **Certas** coisas não deveriam ser ditas.

Excluimos, de nossas investigação, os adjetivos “todo” e “nenhum”, que alguns linguistas também consideram indefinidos (cf. Ducrot & Todorov, 2001), por se distinguirem dos indefinidos relatados de (1) a (7) no comportamento nas inferências lógicas, conforme manifestado no tradicional quadrado aristotélico da oposição lógica. (COPI, 1981, p. 179).

A interpretação dos enunciados supracitados, aceita hoje, pela maioria dos lógicos, os descreve como enunciados existenciais. Assim, por exemplo, (1) dito por Luiz Augusto, se expressa no simbolismo lógico assim:

(1') (Ex) (Lx. P(a,x)), onde L representa o predicado “livro”, a constante “a”, o locutor do enunciado, P(x,y), a relação “x comprou y”, “.” a conjunção “e”. Essa fórmula pode ser elucidada no exemplo a seguir:





(1'') Existe uma coisa que é livro e Luiz Augusto comprou essa coisa.

No artigo “Os indefinidos e a enunciação”, Ducrot (1981, p. 114-140) se mostrou favorável a uma versão modificada da interpretação existencial. Nesse texto, o linguista francês escreve “descrição linguística” no lugar de “análise do significado” ou “interpretação do significado”, quicá para marcar distância dos lógicos e se posicionar como linguista. Entretanto, sua argumentação se apoia, em grande parte, sobre o livro “Referência e generalidade”, de 1980, do filósofo inglês Peter Geach. Esse texto contém um ataque a várias teorias da referência, entre elas à doutrina da distribuição dos termos, usada por muitos lógicos para justificar algumas das regras do silogismo válido (COPI, 1981, p. 226-227), à *suppositio* medieval e à teoria da referência que Russell (1967) apresentara nos “Princípios da Matemática”.

Além do interesse linguístico, o tema do qual nos ocupamos aqui é relevante para a lógica desde que a entendamos como o fez Aristóteles em “Primeiros Analíticos” (24 a 10-15): a ciência de tirar consequências.. Assim, por exemplo, se nosso interlocutor tiver razões para acreditar na afirmação de que compramos **uns** livros de literatura inglesa na livraria Estrela, poderá concluir que essa livraria tinha e possivelmente ainda tem livros desse tipo porque se trata de um enunciado do qual podemos tirar inferências comuns na vida cotidiana.

Os filósofos da linguagem e os lógicos que seguem o paradigma da semântica formal como, por exemplo, Russell e Davidson, entendem que a



interpretação do significado de um enunciado deve ser dada em termos de suas condições de verdade⁴.

Desse modo, eles dizem que compreendemos um enunciado quando sabemos quais são as condições para que ele seja verdadeiro. Essa forma de caracterizar o significado de um enunciado é razoável se levarmos em conta que, desde Aristóteles, a Filosofia e a Lógica se ocuparam com o discurso que pretende transmitir verdades. Assim, no *De l' interpretation*, após tratar, sumariamente, do nome, do verbo e da frase em geral, Aristóteles dirige sua atenção preferencialmente ao enunciado (*lógos*) que afirma ou nega algo de alguma coisa, o *lógos* em que reside a verdade ou a falsidade. Os outros tipos de enunciados, aqueles que são proferidos sem a pretensão de dizer algo verdadeiro, são colocados como tema da Retórica ou da Poética (ARISTÓTELES, 1984).

Em contraposição aos filósofos e aos lógicos, os linguistas se ocupam com qualquer tipo de locução, mesmo com aquelas cujo proferimento não pretenda transmitir uma verdade, como as preces, as ordens, as perguntas, os discursos de ficção, e até com aquelas cujo objetivo é persuadir. Do fato de lógicos e linguistas possuírem objetivos diferentes decorre que as categorias usadas por uns são diferentes das usadas por outros, mesmo que, às vezes, exista certa convergência de suas teorias. Aquela diferença surgiu após Aristóteles, no período helenístico, quando a Gramática, embora fortemente marcada pelas análises lógicas

⁴ Assim, Richard Montague no seu texto *English as a formal language* afirmou: “I reject the contention that an important theoretical difference exists between formal and natural languages (...). Like Donald Davidson I regard the construction of theory of truth-or rather, of the more general notion of truth under an arbitrary interpretation-as the basic goal of a serious syntax and semantics.” (MONTAGUE, 1974, p. 188)



aristotélicas, apareceu como disciplina independente da Dialética e da Retórica (NEVES, 2004).

Um caso paradigmático dessa divergência categorial é apresentado pelo par sujeito-predicado. O critério que usa o linguista para indicar o que é sujeito e o que é predicado de uma frase é o morfossintático (intralinguístico). Na frase (8) “Meu coelho roeu **uns** papéis que eu tinha sobre a mesa”, ele situará “uns papéis que eu tinha sobre a mesa” como parte do predicado e não do sujeito. O verbo “roeu” concorda, em número e pessoa, com o sujeito gramatical “meu coelho” e não com o seu complemento “uns papéis que eu tinha sobre a mesa”. Nas línguas que flexionam os nomes e adjetivos, como o latim, o grego antigo e o alemão, os casos permitem distinguir o sujeito do predicado. O sujeito sempre se coloca no nominativo sem que se levem em conta o uso da frase ou as circunstâncias que o acompanham, o que configura um critério em nível de frase e não de resultado do proferimento de frase.

O que os lógicos entendem por sujeito e predicado é diferente. Na “Lógica de Port Royal” os autores dão como regra, para distinguir sujeito e predicado (atributo) o seguinte: (...) examinar, para o sentido, de quem se afirma e o que se afirma. O primeiro é sempre o sujeito, o segundo, o atributo, seja qual for a ordem em que se encontrem⁵. (ARNAULD E NICOLE, 1970, p. 191) [tradução nossa]. Poucas linhas depois, os autores chamam a atenção para o fato de que, no caso das proposições complexas (aquelas que contêm proposições incidentes, isto é, cláusulas

⁵ (...) regarder par le sens ce dont on affirme, et ce que on affirme. Car le premier est toujours le sujet et le dernier l'attribut en quelque ordre qu'ils se trouvent. (ARNAULD E NICOLE, 1970, p. 191)



subordinadas) é difícil distinguir sujeito de atributo, pois “às vezes não se pode julgar mais do que por meio da sequência do discurso e da intenção de um autor, qual é a proposição principal e qual é a incidente”⁶ (Ibidem, p. 192), [tradução nossa]. Vemos, então, que o critério utilizado pelos lógicos de Port Royal para se distinguirem sujeito e predicado não é morfossintático, mas semântico-pragmático, visto ter-se de apelar para o significado do que segue no discurso ou para a intenção do locutor.

Peter Strawson, no seu artigo “*Singular Terms and Predication*”, de 1983, aborda essa questão de uma forma um pouco diferente. Sua estratégia consiste em caracterizar os termos singulares (também chamados de termos individuais), pois são eles as expressões que identificam os sujeitos, no sentido da Lógica de Port Royal. Como exemplo de termos singulares temos os nomes próprios como “Júlio César”. Strawson (idem) contrapõe os termos singulares aos termos gerais ou termos universais, como “cavalo” e “pedra”, (chamados também conceitos pelos lógicos e nomes comuns pelos gramáticos) da seguinte forma:

[...] Qual é a diferença característica entre as relações dos dois termos (singulares e universais) com o objeto? A diferença característica, sugiro, é que o termo singular é usado para *identificar* o objeto, para fazer que o ouvinte (ou, de forma geral, a audiência) saiba *qual* ou *que objeto* está em questão; ao passo que o termo geral, não. É suficiente que esse termo se aplique de fato ao objeto; não tem também que identificá-lo (STRAWSON, 1983, p.73).

⁶ “on ne peut quelquefois juger que par la suite du discours et l' intention d' un auteur, quelle est la proposition principale et quelle est l'incidente...”(Ibidem, p.192).



Assim, ele considera as expressões que exercem a função de sujeito lógico num enunciado aquelas que indicam o ser do qual enunciamos alguma coisa. Isso confirma que o critério de distinção entre sujeito e predicado de Port Royal e de Strawson se apoia na relação entre as expressões linguísticas e o mundo (a expressão que será sujeito é aquela que se referir a um objeto de forma individualizante) ou nas intenções do falante (uma expressão será sujeito se o falante tiver, ao usá-la, o propósito de referir-se a algo ou de identificar um objeto).

A análise gramatical de sujeito e predicado é unívoca, no sentido de haver uma única forma de ser realizada essa análise. Em contraposição, é possível haver mais de uma análise lógica. Por exemplo, o enunciado “João é o chefe de Maria” pode ser analisado como uma predicação sobre João, como na Lógica aristotélica, ou como uma predicação sobre João e Maria, como na Lógica contemporânea. Dado um enunciado, sua análise lógica poderia resultar de modo diferente da análise gramatical. Diz-se que a análise lógica deve mostrar o pensamento genuíno contido no enunciado (que se supõe modificado, às vezes, pela forma gramatical), tornar patentes as condições de verdade, ou mostrar onde reside o poder inferencial do enunciado.

Assim, se até aqui fizemos a distinção entre categorias lógicas e categorias gramaticais foi para, além de preparar o terreno para discussão da próxima seção, tornar mais claro que o tratamento dado à relação sujeito-predicado ainda mistura as perspectivas da Lógica e da Linguística. Afinal, o próprio Aristóteles não tinha clara essa distinção.



A quantificação do predicado

A primeira teoria lógica, no Ocidente, sobre os quantificadores se encontra no tratado aristotélico *De Interpretatione*. A análise das concepções de Aristóteles sobre a linguagem é difícil porque, como Platão, oscilou entre uma semântica centrada na palavra (no *Categoriae*, o primeiro, e no *Crátilo*, o segundo) e uma centrada no enunciado e na predicação (no *De Interpretatione*, o primeiro, e no *Teeteto* e o *Sofista*, o segundo). Além disso, a terminologia aristotélica não é tão inequívoca quanto desejaríamos, mesmo que às vezes não saibamos se ele está dissertando sobre palavras (termos) ou sobre coisas. (KNEALE & KNEALE, 1972, p. 25-27).

No *De Interpretatione*, Aristóteles descarta, sumariamente, a possibilidade de quantificar o predicado de um enunciado e as razões apresentadas são de difícil entendimento se não levarmos em conta a totalidade do tratado que carrega essa constatação. É dentro do marco da predicação que Aristóteles estabelece a distinção entre particular e universal. Diferentemente do particular, o universal pode ser tanto sujeito como predicado e os termos universais podem funcionar como sujeitos de enunciados.

Podemos considerar enunciados cujo sujeito seja um termo universal não acompanhado pelos quantificadores “todo” (*πας*), “nenhum” (*μὴδείς*) ou “algum” (*τίς*). Mas esses enunciados não serão proposições autênticas porque seu valor de verdade será indeterminado e desinteressante para o filósofo.





Mesmo que para a filosofia a função dos quantificadores é a de determinar a referência do termo universal que funciona como sujeito lógico do enunciado, para alguns filósofos contemporâneos, termos gerais como “homem” têm função predicativa e não referencial (FREGE, 1985, p.53; STRAWSON, 1983, p.107). Para Aristóteles, eles têm função referencial, desde que acompanhados pelos quantificadores “todo”, “nenhum”, “algum”, etc.. Quando o enunciado não os contém, como no caso de “O homem é branco”, resulta uma expressão significativa, mas indeterminada quanto a seu valor de verdade.

Enquanto estivermos no nível do significado lexical, não temos nem verdade nem falsidade. A palavra “homem” figura como um item no nosso dicionário. Podemos combinar essa palavra com outra, proferindo o enunciado “O homem é branco”. Mas ainda não temos determinada a extensão do conceito correspondente. É quando fixamos a extensão do conceito “homem” e formamos uma expressão articulada como “Todo homem é branco” que temos um enunciado que será uma proposição, um enunciado do qual podemos dizer, em princípio, se é verdadeiro ou falso.

Dissemos antes que Aristóteles rejeita a quantificação do predicado, mas sabemos que é possível formar, nas línguas naturais, enunciados sintaticamente corretos e significativos cujo predicado gramatical esteja quantificado de forma universal ou de forma particular. Por exemplo:

- (9) Comprei **alguns** romances de García Márquez.
- (10) Fomos por **uma** das estradas laterais.
- (11) Alicia e Paula ouviram **certas** conversas.





(12) Cristo está em **todos** nós.

Reconhecemos diferenças entre eles. Os enunciados (9) e (11) contém um verbo transitivo, os outros não. (9) e (10) estão em primeira pessoa, ao passo que (11) e (12) estão em terceira. Contudo, um lógico aristotélico não precisaria se ocupar com essas particularidades porque para eles todos os enunciados que interessam ao filósofo têm alguma destas quatro formas canônicas A, E, I, O.

A: Todo S é P

E: Nenhum S é P

I: Algum S é P

O: Algum S não é P

De modo que S e P, as letras usadas para expressar o sujeito e o predicado lógico, simbolizam termos gerais como “cavalo”, “homem”, “filósofo”. Expressões como “Todo homem é algum animal” e “Algum homem é algum animal” exemplificam o que seria a quantificação universal do predicado, possibilidade que não é abordada no *De Interpretatione* e que é refutada na Filosofia Contemporânea. Strawson (1983, p. 87) afirma que não há razão para “introduzir um quantificador que designa um elemento de tipo superior, a não ser que isso seja feito ao associá-lo (por predicção) com um termo que designa um elemento de nível superior”. Explicamos: Strawson (1983) assume uma hierarquia que distribui os objetos em uma ordem de complexidade lógica. No primeiro lugar dessa hierarquia estariam as realidades particulares situadas no espaço e no tempo, depois propriedades dessas coisas, as que têm a função de agrupá-las, depois, em terceiro lugar, propriedades de propriedades e



assim sucessivamente. Por exemplo, “filósofo” é de um tipo lógico superior a “Sócrates”, e “homem” seria de um tipo lógico superior a “filósofo”. A predicação, segundo Strawson (1983), sempre liga um elemento de tipo lógico inferior a um elemento de tipo lógico superior como nos seguintes enunciados:

(13) Sócrates é filósofo.

(14) Todo filósofo é homem.

O quantificador, segundo Strawson (1983), opera, na predicação, sobre o elemento de tipo lógico inferior. Assim podemos dizer que (15) Toda fruta é um vegetal, pois “vegetal” é de tipo superior à “fruta” e serve para agrupar frutas, legumes, verduras, etc. E não pode se afirmar (16) “Toda fruta é algum vegetal”, em que “vegetal” não está associada, por predicação, a um termo de nível superior. Mas, em contraposição, pode se expressar: (17) “Todo vegetal é um ser vivo”, porque agora “vegetal” se encontra associado, por predicação, com “ser vivo” que expressa um elemento de tipo lógico superior ao de “vegetal”.

Então, o que teria Strawson a dizer em relação aos enunciados (9), (10), (11) em que o predicado (gramatical) está quantificado? A maioria dos lógicos diria que esses enunciados têm uma forma lógica diferente de sua forma gramatical. Eles, desde um ponto de vista lógico, não são enunciados da forma sujeito-predicado, mas enunciados existenciais. Isto é, são enunciados que afirmam ou negam a existência de alguma coisa caracterizada por uma propriedade determinada.

Mesmo que a maioria dos lógicos negasse a possibilidade de quantificar o predicado, eles se defrontaram com a chamada inferência



oblíqua como, por exemplo, a que nos leva de “Deus ama todos os homens” a “Deus ama Pedro” e de “João morou em todas as capitais dos Estados do Brasil” a “João morou em Porto Alegre”. Essa forma de inferência foi denominada oblíqua porque as expressões que a permitiam estão nos casos oblíquos (genitivo, ablativo, acusativo e dativo). O fato da existência da inferência oblíqua não obrigaria os lógicos, em contraposição ao que pensam Aristóteles e Strawson, a admitir a quantificação do predicado? Em relação ao primeiro exemplo de inferência oblíqua apresentado, poder-se-ia dizer que, passando a frase para a voz passiva obtemos “Todos os homens são amados por Deus”, então a inferência oblíqua desaparece, dando lugar à inferência direta, que nos leva, de “Todos os homens são amados por Deus”, a Pedro é amado por Deus.

Existe, também, inferência oblíqua no caso genitivo. Inferimos de “Este parque é de todos” o enunciado “Este parque é teu”. Aqui, estamos falando de um parque determinado, deste parque. Mas o que nos interessa principalmente aqui é que enunciados com quantificadores indefinidos podem ser premissas de inferências oblíquas. Assim de (18) “João morou em um Estado do Sul do Brasil” e (19) “João não conhece nem Paraná nem Santa Catarina”, concluímos (20) “João morou no Rio Grande do Sul”.

Finalmente mencionamos o seguinte: os autores da Gramática de Port Royal mostraram estar cientes de que a extensão de um conceito é determinada, de alguma forma, por uma expressão indefinida, porém lhes faltou apresentar uma explicação mais detalhada desse fato, que, aliás, eles



usaram para explicar a regra da língua francesa, segundo a qual não se deve colocar o pronome relativo depois de um nome sem artigo. Assim se diz bem em francês: *Il a été traité avec violence*, mas, se quisermos dizer que essa violência é desumana, não podemos fazê-lo sem acrescentar um artigo: *Il a été traité avec une violence qui a été tout-à-fait inhumaine*. Essa regra é assim generalizada pelos autores da Gramática de Port Royal: “No uso atual de nossa língua (a francesa), não se deve colocar *qui* depois de um nome comum, se não for determinado por um artigo ou por qualquer outra coisa que o determine tanto quanto o faria um artigo.” (ARNAULD E LANCELOT, 2001, p.70). Entretanto aparentemente haveria várias maneiras de falar que não estão de acordo com essa regra, como, por exemplo, *il est coupable de crimes qui méritent chatimen; il n’y a homme qui sache cela; Seigneur, qui voyez ma misere, assistez-moi; une sorte de bois qui est fort dur*. Arnauld e Lancelot (2001), por sua vez, mostram que esses modos de falar que parecem ser contrários à regra não o são, visto que, em todos esses casos, os nomes gerais *crimes*, *homme*, *Seigneur* e *bois* estão determinados.

A hipótese enunciativa e a hipótese existencial.

Conicionados por terem feito suas reflexões sobre a linguagem tomando como modelo a linguagem da ciência, apresentada como teoria dedutiva, os lógicos contemporâneos e os partidários da semântica formal, quando analisam os enunciados, encontram só três tipos de expressões: os termos gerais ou conceitos, os termos singulares e as constantes lógicas.



Benveniste (1976) viu com clareza que os pronomes pessoais de primeira e de segunda pessoa não se enquadram em nenhum desses três grupos.

O'Kelly (1997), na introdução do texto “*Autour de la notion de personne*”, destaca que a categoria de pessoa é a mais contestada e mais difícil de ser definida nos contornos da linguística e atribui a Benveniste o mérito de tê-la colocado em destaque e de ter atribuído ao “eu” e ao “tu” a noção de pessoas interlocutivas.

Contudo, o linguista, também francês, Gustave Guillaume (1988) foi dos que mais se enveredaram pelo estudo da categoria de pessoa a ponto de entendê-la como um fenômeno impossível de ter um lugar próprio na língua, justamente por incluir todas as outras categorias. Na verdade, Guillaume reconduz a discussão ao campo da linguagem ao dizer que essa é uma relação entre pessoas. (1988, p. 87)

Para Guillaume, Benveniste e outros linguistas concernentes com o funcionamento da linguagem, a categoria de pessoa fica entre o caráter antropológico e o psicológico das línguas naturais e comporta certa evasão gramatical. Um posicionamento diferente da gramática geral que insiste na polarização entre um lugar interior imanente, que é o da pessoa que fala e um lugar exterior transcendente, que é o das pessoas entre as quais a linguagem se inscreve e se desenvolve. (O'KELLY, 1997, p. 301).

Dados esses dilemas com os quais a linguística, sobretudo a enunciativa, se depara, assumimos que os pronomes pessoais não são conceitos (termos gerais, segundo a terminologia de muitos lógicos, nomes comuns segundo os gramáticos) porque não existe um “eu” ou um “tu” que sejam instâncias da egoidade ou da tuidade e que se prediquem



de um sujeito. Assim, se nós dissermos “Abel Lassalle é um eu” ou “Javier Legris é um tu”, nossos ouvintes não nos compreenderão e nos solicitarão maiores esclarecimentos. Já se dissermos “Félix é um gato” ou “O abeto é uma árvore”, seremos compreendidos. Não há um conceito “eu” englobando todos os “eus” da mesma forma que há um conceito “árvore” e um conceito “gato” englobando todas as árvores e todos os gatos.

Se “eu” não é um universal, então é um termo singular, como os nomes próprios ou as descrições definidas? A que ele se refere? Diríamos que não se refere a um objeto do mundo, mas ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, designando-lhe um locutor. Desse modo, enquanto os termos singulares identificam os objetos do mundo, o que é descrito ou transmitido no ato de comunicação, os pronomes pessoais “eu” e “tu” remetem ao próprio ato de falar, ao enunciador, e não ao que é enunciado. Por exemplo, as expressões “Júlio César”, “o conquistador do México”, “o centro de gravidade da Terra” e “Mercúrio” apontam objetos do universo atual ou passado, ao passo que não empregamos “eu”, a não ser numa situação de diálogo, ao nos dirigir a alguém usando a expressão “tu”, que depois, no percurso do diálogo, se dirigirá a nós usando “tu”. Dessa forma, a polaridade “eu” e “tu” é a condição fundamental da comunicação, o que foi muito bem apontado por Benveniste (1976, p.286): “A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como “eu” no discurso. Por isso, “eu” propõe outra pessoa, aquela que, embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco, ao qual digo “tu” e que me diz “tu”.



Benveniste (1976) usa uma terminologia kantiana. Afirma que os pronomes pessoais não são nem intuições nem conceitos. Usando uma terminologia contemporânea, podemos dizer que eles não são termos gerais, pois não são usados para predicar, nem termos singulares, que são utilizados para identificar o objeto sobre o qual fazemos nossa asserção. Eles não exercem, pois, essa função de identificação que Strawson (1983) exige dos termos singulares. Eles remetem só ao ato de fala e a quem o executa.

Diz-se que os pronomes pessoais de primeira e de segunda pessoa são dêíticos, pois sua referência é variável. Mas aí não se está considerando a especificidade desses pronomes. Façamos a contraposição entre “eu” e “tu” de um lado, e “ele”, de outro. “Ele” é um dêítico, mas com um funcionamento diferente de “eu” e “tu”. “Ele” é uma palavra cuja função é referencial, no sentido de que é usada para indicar as pessoas, animais, ou objetos dos quais falamos. Diferentemente de outras expressões com função referencial, como “O conquistador de México”, “ele” é um signo incompleto que realiza sua função designadora quando o conhecimento das circunstâncias de sua emissão permite identificar seu designado. Diferentemente de “ele”, “eu” e “tu” não se referem a nada fora do ato de enunciação. A variação da sua referência deve-se ao fato de “eu” e “tu” remeterem a cada instância de um ato locucionário individual e ao seu locutor. Prova disso é que, se Luiz Antônio disser “Eu tenho fome”, ele não poderá verter o que disse para “Luiz Antônio tem fome”. É verdade que as crianças usam, até os dois anos, esse tipo de expressão para referirem a si mesmas, mas por que achamos esquisito?



Quando o falante diz “eu” está colocando, ao mesmo tempo, um sistema de coordenadas com origem em si mesmo, a partir do qual se define o aqui e o lá, o esse e o aquele, o meu e o teu. A paráfrase “Luís Antônio tem fome” não põe esse sistema de coordenadas como o faz Luís Antônio, ao dizer “Eu tenho fome”. Esse sistema é colocado no ato da fala. Já se Luís Antônio perguntar a alguém “Onde fica a rodoviária?”, será entendido, ao passo que, se ele disser “Luís Antônio quer saber onde fica a rodoviária”, seu interlocutor não entenderá sua pergunta, pois não saberá quem é Luiz Antônio. Mas este poderá dizer “Aquele que lhe está falando quer saber onde fica a rodoviária” e assim poderá ser entendido pelo seu interlocutor, ainda que esse último julgue estranho esse modo de perguntar.

Como, na origem, o objetivo da Lógica foi inventariar os esquemas formais válidos do raciocínio científico, os lógicos e os filósofos não analisaram, com atenção, o funcionamento dos pronomes pessoais. A ciência, como teoria, é o lugar da terceira pessoa, da objetividade. A situação comunicativa que lhe corresponde é a exposição e a docência, não o diálogo, sobretudo quando se trata da ciência apresentada como sistema dedutivo. Façamos uma analogia. Dissemos que, quando um falante diz “eu”, com sua fala e por sua fala, está colocando um sistema de coordenadas em relação ao qual se definem o “este”, e o “esse”, o “meu” e o “teu”, o “aqui” e o “lá”. Podemos dizer, portanto, que os pronomes pessoais permitem inserir a subjetividade na linguagem (BENVENISTE, 1976, cap. 21). O domínio da ciência, pelo contrário, diz respeito à objetividade. Nesse sentido, o discurso científico é aquele que tenta



expressar tudo o que fica invariante ao trocar um sistema de coordenadas pessoais por outro.

Poder-se-ia aplicar essas considerações feitas por Benveniste (idem), sobre os pronomes pessoais “eu” e “tu”, às expressões contendo quantificadores indefinidos? Comparemos as seguintes expressões:

(21) Comprei uns livros na livraria.

(22) Comprei livros de poesia na livraria

(23) Comprei livros na livraria

A expressão “uns livros” em (21) não permite, dado um objeto, classificá-lo como um dos livros que o enunciador disse ter comprado na livraria, a menos que sejam dadas mais informações. Com efeito, pareceria estar faltando uma informação suplementar para tornar tal tarefa possível. Entretanto, “livros” e “livros de poesia” em (22) e (23) sim permitem realizar essa tarefa. O ouvinte poderá classificar um objeto como um livro ou como um livro de poesia, mas não como uns dos livros comprados pelo enunciador, porque a expressão “uns livros” não lhe dá informação suficiente para realizar tal tarefa, em contraposição a “livros” e “livros de poesia” que permitem realizá-la.

Permite (21) identificar “uns livros” como um objeto do mundo, como o faz “o centro de gravidade da Terra”? Então é preciso explicar por que pode ter lugar o seguinte diálogo entre Pedro e Luiz:

Pedro: Comprei uns livros na livraria.

Luiz: Quais livros?

Se a expressão “uns livros” não permite realizar a função identificadora, como funciona essa expressão? A que ela remete? Uma



hipótese razoável é a de que ela remete a uma representação cognitiva do sujeito falante, a qual pode ser uma lembrança ou uma imagem mais ou menos difusa dos livros que Pedro comprou ou uma descrição completa ou incompleta dos mesmos. Por isso a seguinte frase dita por Pedro faz sentido:

Pedro: Comprei uns livros, mas não vou te dizer quais.

Um falante profere uma expressão desse tipo no caso de não querer identificar, com precisão, quais são os livros comprados. Então, fazendo uma analogia com o uso dos pronomes pessoais “eu” e “tu”, poder-se-ia levantar a hipótese de que “uns livros” também inscreve, na língua, a subjetividade do locutor porque remete às representações cognitivas próprias do falante ou a suas intenções. Isto quer dizer que expressões como “uns livros”, “certos amigos” não funcionam como predicados em sentido lógico nem permitem identificar um objeto do qual predicamos alguma coisa, a menos que sejam acompanhadas por mais determinações. Remetem a uma representação do locutor que pode ser mais ou menos clara. Se elas referem, não é a um objeto do mundo, mas a um conteúdo mental ou à intenção do locutor. Desse modo, caso a hipótese que estamos considerando esteja correta, é possível entendermos em que sentido os indefinidos operam a determinação de um termo geral exigida pelos autores de *Port Royal*, na qual eles encontram a explicação da regra da língua francesa já citada nesse trabalho. Com efeito, quando o locutor diz “Comprei uns livros”, “uns” determina a extensão do conceito “livro” da seguinte forma: são os livros que ele pode descrever de forma mais ou



menos completa, imaginar ou lembrar que comprou na livraria os que formam, agora, a extensão desse conceito.

Um princípio inteligente da análise semântica prescreve que não nos limitemos à análise de enunciados isolados mas que consideremos fragmentos de discurso. Vejam-se os seguintes versos de *Phèdre* de Racine (445-456), ditos por Aricie, ao ouvir a notícia de que Teseu morreu.

*Phèdre en vain s' honorait des soupirs de Thésée.
 Pour moi, je suis fière, et fuis la gloire aisée
 D' arracher un hommage à mille autres offert,
 Et d' entrer dans un coeur de toutes parts ouvert,
 Mais de fléchir un courage inflexible,
 De porter la douleur dans une âme insensible,
 D' enchaîner un captif de ses fers étonné,
 Contre un joug qui lui plaît vainement mutiné;
 C' est là ce que je veux, c' est là ce qui m' irrite.
 Hercule à désarmer coûtait moins qu' Hippolite,
 Et vaincu plus souvent, et plus tôt surmonté
 Préparait moins de gloire aux yeux qui l' ont dompté.*

Pode se observar a sequência de expressões contendo indefinidos: *un hommage, un coeur, un courage, une âme, un captif, un joug*. Na sequência de versos o *mais* introduz um deslocamento da referência. As expressões contendo indefinidos antes do *mais* se referem a Teseu, as que vêm depois a Hipólito. Antes do *mais*, Teseu tem sido mencionado e, pelo



que foi dito antes, na tragédia, sobre esse herói, sabemos que ele sempre está em busca de novas aventuras amorosas. E também pelo que foi dito antes do discurso de Aricie sabemos que Hipólito, além de ser aparentemente insensível ao amor, censura aquela conduta do seu pai. Então inferimos que as expressões contendo indefinidos que estão depois do *mais* falam de Hipólito. É por isso que não encontramos uma ruptura de sentido na fala de Aricie quando depois do *c'est là ce qui m'irrite*, ela inicia uma comparação entre Hércules e Hipólito. O sentido das expressões contendo os indefinidos está determinado pelo que foi enunciado antes e pelo o que será enunciado depois de proferi-las. É o próprio discurso, a sequência do que é enunciado que determina a quem remete cada expressão da sequência de versos contendo indefinidos citada acima. Então podemos formular, a partir do que foi dito antes, a seguinte hipótese: expressões contendo indefinidos remetem ou a um conteúdo mental do locutor ou estão semanticamente determinadas pelo que foi enunciado antes e será enunciado depois de serem elas ditas. Seguindo Ducrot (1981), chamamos essa hipótese de enunciativa⁷.

Resta-nos ver agora se a hipótese que acabamos de mencionar se sustenta e uma estratégia razoável é mostrar que ela constitui uma melhor descrição que a que descreve as expressões contendo indefinidos em

⁷ Observe-se que o que chamamos de hipótese enunciativa é, na verdade, duas hipóteses: uma mentalista que diz que o sentido das expressões contendo indefinidos se explica em termos da referência a conteúdos mentais do locutor e outra estritamente enunciativa segundo a qual o sentido fica determinado pelos atos de enunciação precedentes e subsequentes. Ao falar de uma descrição dos indefinidos em termos da enunciação, Ducrot une essas duas hipóteses em uma só. Para não complicar demais nossa exposição, nos orientaremos pela exposição de Ducrot, mesmo estando cientes de que atrás dela se esconde uma confusão conceitual.



termos de enunciados existenciais⁸. Ducrot atribui a Bally uma interpretação enunciativa dos indefinidos (DUCROT, 1981, p. 119-120). Após fazer um resumo das teses de Bally, Ducrot afirma:

Reconhece-se nesse resumo de Bally, a tese que, a nosso ver, acha-se implícita na “doutrina da distribuição”: uma expressão indefinida como *um homem*, quando é integrada a um ato de fala, refere-se a um objeto (determinado ou ao menos determinável, como diz Bally; certo ou incerto, segundo a terminologia de *Port Royal*). E a referência é função das intenções do locutor ou das que lhe atribui o ouvinte. Tentaremos mostrar que esse uso da enunciação é abusivo. (1981, p.120)

Observemos que Ducrot (idem) diz claramente: aceitando a hipótese enunciativa a referência de um homem depende das intenções do locutor. Na citação acima, vemos que Ducrot associa a interpretação dos indefinidos por parte de Bally à doutrina lógica da distribuição dos termos. Essa doutrina foi atacada por Geach (1980) porque, segundo ela, um termo geral ou conceito está distribuído quando está tomado em toda sua extensão e isso só ocorre com os termos que são sujeito (lógico) de uma proposição de tipo A e E o predicado de uma negativa E, O⁹. Vejamos:

A: Todo homem é mamífero.

E: Nenhum homem é um peixe.

I: Algum filósofo é francês.

O: Algum homem não é cego

⁸ Ver seção I deste trabalho.

⁹ Ver seção II deste trabalho



Segundo a teoria da distribuição nas expressões “todo homem”, “nenhum homem”, “homem” se referiria a todos os homens, ao passo que em “algum homem”, “homem” se referiria a alguns homens, isto é, faria referência a uns homens mas de forma indefinida. Mesmo que essa doutrina permita obter regras corretas para determinar quando um silogismo é ou não é válido, o fato é que ela está envolvida em uma série de imprecisões e dificuldades conceituais. Além disso, a doutrina da distribuição leva a inconsistências lógicas (GEACH, 1980). Para desfazer a ideia de que expressões como “alguns homens” se referem a “certos homens” ou a “alguns homens” de forma indefinida, Geach (idem) favorece uma interpretação existencial dos enunciados que contenham esse tipo de expressão. Assim, segundo ele, expressões como Para algum, $x, x \text{ é } F$ (*For some, $x, x \text{ is } F$*), Há alguma coisa que é F (*There is something that is F*), Algo é F (*Something or other is F*), Existe algo que é F (*There exist something that is F*) são todas equivalentes (GEACH, 1980). É esse tipo de interpretação existencial dos indefinidos que Ducrot (1981) aceita.

Nesta seção apresentamos duas hipóteses rivais sobre a interpretação/descrição das expressões contendo indefinidos. Chamamos a uma hipótese de hipótese enunciativa e a outra de hipótese existencial. Vimos que podemos associar com Bally e Benveniste a primeira e a segunda com Geach e Ducrot. Na próxima seção faremos uma avaliação das duas hipóteses.



Avaliando hipóteses rivais

A filosofia analítica contemporânea considera, com suspeita, o apelo a intenções e estados mentais da hipótese enunciativa (cf. Quine, 1968) e prefere explicar o funcionamento dos indefinidos a partir da semântica das condições da verdade, uma vez que, para ela, o significado linguístico deve ser analisado objetivamente, em termos dessas condições. Isso a leva a preferir uma interpretação existencial das expressões contendo quantificadores indefinidos.

Entretanto podemos reconhecer fortes objeções contra a hipótese existencial. Voltemos a considerar o enunciado, dito por Luiz Augusto:

(1) “Comprei uns livros”, cuja interpretação em termos da hipótese existencial seria algo como

(1’) Existe uma coisa que é livro e Luiz Augusto comprou essa coisa,

que se simboliza, segundo a notação lógica usual, assim:

(1’’) $(\exists x) (Lx \cdot C(a,x))$, onde **a** representa Luiz Augusto, **L** a propriedade “ser livro” e **C(a,x)** deve ser lido como “a comprou x”.

Uma primeira objeção contra a hipótese existencial seria a seguinte: se considerarmos as análises de Benveniste (1976) sobre a natureza dos pronomes como algo definitivamente adquirido pela Linguística, usar uma constante como **a** para indicar o locutor, no caso Luiz Augusto, não é algo que deva ser aceito. Pois seria como se Luiz Augusto dissesse sobre si mesmo: “Luiz Augusto tem fome” no lugar de dizer “tenho fome”. Ou como se, dirigindo-se ao seu amigo Abel, lhe



dissesse “Abel visitou umas livrarias. Não é verdade?” no lugar de lhe dizer “Tu visitaste umas livrarias, não é verdade?” A tradução em termos da hipótese existencial transforma um enunciado em primeira pessoa num enunciado em terceira, mudando-lhe o significado. Porém, ao usar “eu” o locutor não deixa no seu interlocutor qualquer dúvida sobre quem tem fome ao passo que ao se referir a si mesmo em terceira pessoa pode acontecer que seu interlocutor não saiba quem é aquele que tem fome. O que pode levar a desconsiderar esse fato óbvio da língua? São três as respostas:

a) Ducrot (1981) parece aceitar o dogma de que o significado de um enunciado deve ser expresso por meio de suas condições para ser verdadeiro.

b) Lógicos e filósofos analíticos colocam a terceira pessoa como a da ciência e identificam (1) com (1’);

c) A maioria dos lógicos não considera a possibilidade de quantificar o predicado por meio de uma expressão indefinida. Afinal, o enunciado (1) tem seu predicado quantificado por meio de um indefinido.

Uma segunda objeção à hipótese existencial é semelhante à que Strawson (1983) formulou em relação à teoria das descrições de Russell. Se dissermos (21) “Comprei uns livros na livraria”, não estaremos asseverando a existência de livros na livraria. Isso é algo pressuposto pelo enunciado e pelo ato de enunciar e não algo posto por ele. Aliás, o que poderia haver numa livraria, a não ser livros? Se não houver livros nesse estabelecimento, a questão da verdade ou da falsidade do que dizemos não



se coloca: as condições para proferir um enunciado que seja uma proposição não se satisfazem e, então, não podemos estabelecer a questão da verdade ou da falsidade do que acabamos de dizer. Será considerado falso o enunciado só no caso em que, mesmo havendo livros na livraria, eu tenha entrado nela e dela saído sem nada comprar ou havendo comprado outra coisa, como uma caneta. Se não houver livros na livraria, a enunciação de (21), em termos da teoria de atos de fala, seria uma enunciação infeliz.

Uma terceira objeção surge de um fenômeno bastante estudado pelos linguistas: a anáfora. Suponhamos os seguintes enunciados, ditos por Luiz Augusto:

(24) Comprei uns livros. Eles são interessantes.

(25) Estive folheando algumas revistas. Parte delas era sobre política, outra, sobre esporte.

O pronome “eles” em (24) se relaciona, de forma anafórica, a “uns livros”. Ambos têm a mesma referência; a contração “delas” em (25) também é anafórica: tem a mesma referência que seu antecedente, “algumas revistas”. De forma semelhante, quando dizemos “Cambises, que foi rei dos Persas, matou o boi Ápis”, o pronome relativo “que” e o nome próprio Cambises têm a mesma referência. Se nossa análise estiver correta, no enunciado (24), “eles” tem como antecedente “uns livros”, e então, como já apontamos, ambas as expressões têm a mesma referência. O pronome “eles” sempre tem função referencial. Na interpretação existencial de (24) “uns” desaparece e “livros” é colocado como termo geral, isto é, como predicado, não se referindo a nenhuma coisa assim



como “interessantes”. Assim (24) se leria, na interpretação existencial, como (24’) “Existe uma coisa que é livro, essa coisa é interessante, e Luiz Augusto comprou essa coisa”, que se simboliza na notação dos lógicos como (24’’) (Ex) (Lx.Ix.C(a,x)).

Agora formulemos a objeção contra a interpretação existencial, dado que “eles” se refere a alguma coisa, “uns livros” também deve referir. A que pode referir senão aos livros em que o locutor da frase, isto é, Luiz Augusto, está pensando? Em contraposição ao dar esse enunciado como existencial, falamos da existência de, pelo menos, um objeto que instancia os conceitos “livro” e “ser interessante” e a relação “ser comprado por Luiz Augusto”. Mas não é esse o sentido de (24). Na sequência da fala a pergunta (26), dirigida a Luiz Augusto, faz sentido: (26) Quais livros compraste?

O enunciado (24) não permanece apenas no plano da afirmação da existência de livros na livraria, senão que quem o profere assume poder, se quiser, dar mais informações sobre os livros comprados. Essa informação não está dita em (24), mas o proferimento desse enunciado, por parte do locutor, pressupõe que ele pode dar essas informações adicionais quando é requerido para fazê-lo. Nada disso está presente na interpretação existencial de (24). Prova disso é que no discurso das ciências matemáticas, discurso que a Lógica por meio dos seus sistemas formais visa reproduzir, pode se asseverar a existência de um objeto sem exibi-lo. Esse é o caso das chamadas provas por redução ao absurdo que concluem a existência de um objeto que tem a propriedade P, em símbolos (ExP(x)),



derivando um absurdo da suposição de que nenhum objeto tenha essa propriedade, em símbolos (x) ($\neg P(x)$), sem mostrar qual é esse objeto.

Uma quarta objeção contra a interpretação existencial dos indefinidos é apresentada por Strawson (1983, p.219) por meio do seguinte diálogo:

A: Um homem acaba de cair por cima do balaústre.

B: Ele não caiu; saltou.

B nega o dito por **A**. Mas de que forma? Observemos que há três formas possíveis em que **B** poderia negar o que disse **A**. Uma seria negar a descrição dada por **A** do homem em questão. É o que faz **B** no diálogo, ao dizer, “ele não caiu; saltou”. Uma segunda forma seria apontar a outro referente em vez de negar a descrição. Nesse caso **B** diria algo como “Não foi um homem, senão um gato”. Uma terceira forma seria dizer: “ninguém caiu, você está enganado”. No diálogo acima **B** retoma o dito por **A**. Qual pode ser a referência de “ele” na fala de **B**? O homem que acaba de cair? Não, porque ninguém caiu, se alguém tiver caído **B** não negaria o dito por **A**. A referência de “ele” só pode ser a referência do seu antecedente “um homem”, o homem no qual o locutor **A** está pensando ao falar. Como ficam as coisas na interpretação existencial do diálogo? O dito por **A** deveria ser interpretado assim:

A: $(\exists x) (Hx.Tx)$, que deve ser lido como: existe uma coisa que é homem e que caiu por cima do balaústre. A negação dessa afirmação deveria ser, segundo as regras da lógica quantificacional, **B:** $(\forall x) (\neg Hx \vee \neg Tx)$, que deve ser lido como: toda coisa ou não é um homem ou não caiu por cima do balaústre. Claramente vemos que **B**, no diálogo, está



falando de um homem determinado e não das coisas em geral como resultaria se aceitarmos a interpretação existencial.

O que diz Ducrot em relação a essas objeções? Sobre a primeira objeção que assinala a mudança semântica que se opera ao transformar frases em primeira pessoa em frases em terceira pessoa, ele nada diz porque não a considera. Em relação à segunda objeção, ele a menciona apoiado em Geach (1980) que defende que termos gerais ou conceitos podem ter, além de sua função predicativa, a função nominativa, isto é, função referencial. Geach (idem) se opõe a muitos filósofos que consideram que a função dos termos gerais não é referencial, mas predicativa¹⁰. Ele diz:

Quando o mesmo nome é usado em dois atos de nomeação, podemos sempre perguntar se a mesma coisa é nomeada. Segue-se que um termo geral só pode ocorrer como um nome se fizer sentido prefixar as palavras "o mesmo" a ele; não há como todos os termos gerais satisfazerem a essa condição. (...) Por exemplo, embora tenhamos a frase "os sete mares", ninguém poderia determinar quantos mares existem; o termo "mar" não determina qualquer divisão da área de água do mundo em mares da maneira que o termo "letra" (no sentido tipográfico) determina uma divisão do material impresso no mundo em letras.(GEACH, 1980, p.63)¹¹. [tradução nossa]

¹⁰ Exemplo dessa concepção encontramos em Frege, 1985, p. 89-101.

¹¹ When the same name is used in two acts of naming, we can always ask whether the same thing is named. It follows that a general term can occur as a name only if it makes sense to prefix the words "the same" to it; by no means all general terms satisfy this condition (...) For example, although we have the phrase "the seven seas", nobody could set out to determine how many seas there are; the term "sea" does not determine any division of the water area in the world into seas in the way that the term "letter" (in the typographical sense) does determine a division of the printed matter in the world into letters (GEACH, 1980, p.63)



Seguindo uma terminologia de Tomás de Aquino, Geach (1980) chama os termos gerais que satisfazem a condição apresentada acima de termos substantivos. E afirma:

Termos comuns podem ser usados como nomes em designações simples se forem termos substantivos - mas apenas aí; pois em relação a esse uso de um nome pode sempre surgir a pergunta se a mesma coisa foi nomeada duas vezes; e para nomes comuns que não são termos substantivos não pode se fazer tal pergunta, como acabamos de observar. (GEACH, 1980, 65)¹² [tradução nossa]

Nessa linha, só termos substantivos como “cavalo” podem ser usados como nomes em função referencial, pois sempre podemos nos perguntar se o mesmo cavalo tem sido nomeado. Vejamos dois exemplos para ilustrar isso:

Num museu de ciências naturais, na seção de Entomologia, cada frasco tem colada uma etiqueta que indica qual é o inseto que está sendo exposto: “abelha” “mosca da fruta”, “vespa”, “gafanhoto” etc. Neste caso esses termos gerais ou nomes comuns funcionam referencialmente. Consideremos outro exemplo. Uma pessoa diz: “O cachorro sujou nosso jardim de novo”. Seu interlocutor pode se perguntar se está falando do mesmo cachorro de que falou no dia anterior. Assim, “abelha”, “mosca da fruta”, “vespa”, “gafanhoto” e “cachorro” são termos substantivos. Ducrot (1981, p. 121) aplica as ideias de Geach (1980) na descrição dos

¹² Common nouns can be used as names in simple acts of naming if they are substantival terms-and only then; for concerning this use of a name there may always arise the question whether the same so-and-so has been twice named; and for common nouns that are not substantival terms there can be no such question, as we have just remarked (GEACH, 1980, p.65)



indefinidos e afirma que num enunciado como (27) Pedro comprou **uns** livros, a expressão “livros” tem função referencial porque nomeia. Não um conteúdo mental como se vê na hipótese enunciativa, mas a classe dos livros. Seria então um apresentador de classe, o que lhe permite oferecer uma versão modificada da caracterização do enunciado (1) em termos da hipótese existencial. (1) teria a seguinte forma na notação de Ducrot.

(27') Livros: (Ex) (C(x,a))

O apresentador de classe “livros” fixaria o domínio da variável **x**. Segundo Ducrot (1980), o enunciado (27) apresenta a classe dos livros e diz que existe pelo menos um membro dela que foi comprado por Pedro. Contudo, poder-se-ia responder a Ducrot que sua estratégia não é correta uma vez que (27) e (27') têm significados diferentes. O primeiro enunciado fala de Pedro ao passo que o segundo da classe dos livros.

O que dizer da terceira objeção apresentada contra a hipótese existencial, aquela que se apoia no fenômeno da anáfora? A resposta de Ducrot a essa objeção se inspira no conceito de coordenação dos enunciados de Bally (1944 apud DUCROT, 1981, p.123-124), que admite a existência de coordenação entre enunciados A e B quando:

a) O primeiro A é objeto de um ato de fala autônomo pelo qual o locutor se responsabiliza.

b) O segundo enunciado B toma A por tema e se apresenta como uma proposição que concerne a A.

Além disso, Ducrot, para responder à objeção à hipótese existencial, motivada pelo fenômeno da anáfora, recorre de novo a Geach (1980), que argumenta contra a ideia de que um pronome relativo tem



sempre a mesma referência que seu antecedente. Segundo ele, deve-se distinguir, dentre as orações subordinadas relativas, aquelas que qualificam daquelas que definem. Por exemplo em (28) “Júlio César, que venceu a Pompeu, desejava ser ditador”, a subordinada relativa qualifica Júlio César. Neste caso “que” tem a mesma referência que “Júlio César”. (28) pode ser expresso, sem modificar seu significado, por meio da conjunção de dois enunciados assim:

(29) “Júlio César venceu a Pompeu e (ele) desejava ser ditador”.

Consideremos agora os enunciados:

(30) “Os alunos cujo nome inicia com a letra I devem passar pela secretaria da Universidade”.

(31) “As pessoas que têm documentos expedidos pela Policia Federal não precisam fazer a fila”.

Em (28), a subordinada faz parte do sujeito lógico, de modo que se perguntarmos de quem estamos falando a resposta será “de Júlio César”. Se, perguntarmos agora de quem falamos nos enunciados (30) e (31) a resposta será dos alunos cujo nome inicia com a letra I e das pessoas que têm documentos expedidos pela Policia Federal, respectivamente. Em (30) e em (31) as subordinadas relativas definem o sujeito lógico do enunciado. Em (30), “cujo” tem como antecedente gramatical “alunos”, mas não tem referência independente. Não podemos, como fizemos com (28), partir o enunciado como se ele fosse uma conjunção de outros dois. Por sua vez, têm significados diferentes de (30) e (31), respectivamente, os enunciados:

(32) “Os alunos devem passar pela Universidade e seu nome inicia com I”



(33) “As pessoas não precisam fazer a fila e elas têm documentos expedidos pela Polícia Federal”

Vejamos agora como Ducrot (1981) retoma essas ideias de Geach (1980) para refutar a objeção que decorre da existência das anáforas. Lembremos que a objeção se apoia no suposto de que a expressão anafórica tem a mesma referência do seu antecedente. Em (28) “Júlio César” e “que” têm a mesma referência, a saber, “o político e militar romano que viveu no século I A.C.” Raciocinando de forma análoga aparentemente se poderia dizer que em (24) “Comprei uns livros. Eles são interessantes”, “uns livros” e “eles” devem ter a mesma referência porque “uns livros” é o antecedente de “eles”. Bem, “eles” é um termo tipicamente referencial. Logo, uns livros deve ter uma referência que só pode ser os livros nos quais pensa o locutor. É este argumento aquele que Ducrot (1981) tenta refutar. Onde falharia esse argumento? O erro estaria em identificar enunciados da forma (24) com enunciados da forma (28). Observemos que (24) pode ser parafraseado como:

(24’) Os livros que eu comprei são interessantes.

Em (24’) de que estamos falando? Dos livros que eu comprei. A expressão “os livros” não tem, sozinha, referência, na verdade é toda a expressão “os livros que eu comprei” a que tem referência. Em (24’) a subordinada relativa define e não qualifica. Em (28) sobre quem estamos falando? Sobre Júlio César, nesse caso, “que”, sozinho, tem “Júlio César” como referência, o político romano do século I. AC. Essa resposta seria suficiente para desfazer a objeção contra a hipótese existencial





apresentada pelo fenômeno da referência. Entretanto Ducrot (1981) prefere aqui apelar também a Bally (1944 apud Ducrot 1981) e a sua teoria da coordenação. Desse modo, Em (24), temos dois enunciados coordenados. O segundo retoma o primeiro. O antecedente de “eles” seria, na verdade, “os livros que eu comprei”. Em contraposição, em (28) temos um enunciado que está subordinado a outro e não coordenado com ele.

Acabamos de apresentar a refutação de um argumento baseado na existência das anáforas, que se dirige contra a hipótese existencial. Contudo, essa refutação não nos deixa plenamente satisfeitos. Suponhamos que o primeiro enunciado de (24) seja falso. Logo “eles” do segundo enunciado não se refere a nada, uma vez que o enunciador não comprou livro nenhum. O partidário da interpretação existencial estrita deverá verter (24), na notação da lógica contemporânea, como:

(24'') (Ex) (Lx.C(a,x).Ix), onde **L** simboliza livros, **C(a,x)** a relação **x** comprou **a**, **a** simboliza o locutor do enunciado e **I** simboliza a propriedade “ser interessante”. Se o enunciador não tiver comprado livros, todo o enunciado (24), interpretado como (24''), será falso. Porém, isso pode ser objetado. Se o enunciador não tiver comprado livros, não diremos que o enunciado (24) é falso senão que o enunciado foi proferido pelo enunciador não com a intenção de dizer como as coisas são, mas com outra intenção, por exemplo, a de enganar seu interlocutor se mostrando como uma pessoa cultivada. Nesse caso, a questão da falsidade ou verdade do que o enunciador disse não se colocaria e se interpretarmos (24) existencialmente à Ducrot (1981) teríamos:

(24') Livros: (Ex) (C(a,x).Ix)





Aqui o enunciado será falso porque contradiz nossa intuição sobre qual é o propósito de alguém que o disse.

Vejamos agora o que Ducrot (1981) diz em relação ao diálogo acima imaginado por Strawson (1983). Lembremos que a interpretação que este dá colide com a hipótese existencial. Aqui a resposta de Ducrot (idem) não parece convincente. Em primeiro lugar diz

[...] o diálogo imaginado por Strawson, por plausível que seja, é tipicamente “anormal”. [...] ele constitui um exemplo de mal-entendido no sentido em que ele supõe num dos interlocutores uma ideia falsa do que pensa ou sabe o outro(.....)mas toda semântica linguística se torna impossível se não se admitir distinguir o funcionamento normal e o funcionamento possível do discurso (com a condição, bem entendido, de definir o anormal- o que tentamos fazer, utilizando a noção de mal-entendido) (DUCROT, 1981, p.125)

Segundo ele, linguistas deveriam descrever o funcionamento normal do discurso e nisso se diferenciariam de filósofos como Strawson (1983) que apresenta exemplos do possível funcionamento discursivo. Porém, cremos que essa perspectiva tolheria o desenvolvimento da pesquisa em linguística, uma vez que teríamos de admitir que o domínio de uma língua seria a capacidade do falante de formar frases que até agora não tenha ouvido ou lido. Além disso, Ducrot (idem) recorre a um expediente *ad-hoc* para lidar com o diálogo apresentado por Strawson (1983). Afirma ele que “cair” deve ser analisado como “passar por cima da borda” + “fazê-lo involuntariamente”, de modo que o diálogo se transcreveria, segundo assim:



A: Um homem passou por cima do balaústre. Ele o fez involuntariamente.

B: Ele o fez voluntariamente.

Poder-se ia replicar que “saltou por cima do balaústre” não significa o mesmo que “passou por cima do balaústre”, no sentido de que na primeira expressão aparece a ideia de elevação, associada ao ato de saltar, o que não aparece com clareza na segunda.

Até aqui nos colocamos a favor da hipótese existencial, como o faz Ducrot (1981). Passando à refutação da hipótese enunciativa, com base em Geach (1980, p.31-34), consideramos que o objetivo principal não é argumentar contra a interpretação dos indefinidos à Benveniste (1976), mas o de criticar a doutrina lógica da distribuição dos termos. Não apresentaremos os argumentos de Geach (1980) ao pé da letra porque adaptamos os exemplos durante a tradução para a língua portuguesa. O primeiro argumento que poderia ser apresentado é este:

Suponhamos que o Sr Smith afirme:

(34) “Alguns homens subiram já ao topo do monte Everest”. Ele pode ter ouvido falar disso sem saber com exatidão quem foram esses homens. O enunciado (34) é verdadeiro e o falante ao proferi-lo não tem em mente nenhum indivíduo particular. Neste caso o enunciado citado pode ser parafraseado, sem mudar seu significado, como “Há homens que já subiram ao topo do monte Everest”. Aqui certamente não podemos dizer que “alguns” apareça como um marcador (subjetivo) de enunciação referindo-se a um conteúdo mental do enunciador, uma vez que ele não tem ideia sobre quais pessoas subiram ao topo do Everest.



Outro argumento contra a hipótese enunciativa é este:

Ao dizer, (35) “Um homem subiu ao topo do monte Everest”, Smith pensa em Sir Vivian Fuchs. O enunciado é verdadeiro, mas se “um homem” se referir à Vivian Fuchs, ele seria falso, uma vez que Vivian Fuchs não subiu ao topo do monte Everest e o enunciado seria uma predicação sobre Vivian Fuchs. Assim, segundo Geach (1983), “um homem” não se refere a Vivian Fuchs. O enunciado pode ser parafraseado como “houve um homem que subiu ao topo do Monte Everest” e “homem” teria função predicativa, segundo os lógicos.

Um terceiro argumento contra a hipótese enunciativa é o seguinte:

Suponhamos alguém dizer:

(36) “Uns homens andarão um dia em Marte”.

O locutor não se refere a nenhuma representação que possa ter desses homens. Não tem presente, na sua mente, nenhuma característica deles, só pode caracterizá-los como simplesmente homens. Nesse caso a interpretação mais adequada é a existencial. (36) poder transcrever-se como (37) “Haverá homens que andem um dia em Marte.”

Outra objeção de peso contra a interpretação enunciativa decorre da existência do discurso indireto. Suponhamos que Luiz Augusto diga (38) “Comprei uns livros na livraria Estrela”. Segundo um partidário da hipótese enunciativa, ao dizer isso, Luiz Augusto tem a representação, na sua mente, de alguns livros, tem o pensamento mais ou menos claro de alguns livros, aos que se refere de forma indeterminada. Carlos Alberto agora relata o dito por Luiz Augusto da seguinte forma:

(39) “Luiz Augusto disse ter comprado uns livros.”





A que se refere então “uns livros”, se aceitarmos a hipótese enunciativa? Carlos Alberto não tem ideia de quais eles possam ser ao passo que Luiz Augusto sim. Observemos também o seguinte fenômeno que impede a assimilação do caso dos pronomes pessoais ao dos indefinidos. Luiz Augusto diz:

(40) “Comprei meu carro em prestações.”

Carlos Alberto refere o dito por Luiz Augusto.

(41) “Luiz Augusto disse ter comprado seu carro em prestações.”

Enquanto nos pronomes pessoais acontece uma mudança de forma ao passar ao estilo indireto (enunciados (40) e (41)), o mesmo não ocorre com os indefinidos.

Desse modo, esse comportamento, diferente dos pronomes pessoais e dos indefinidos, contraria a possibilidade de estender as análises de Benveniste (1976) aos segundos.

Conclusões

Neste artigo andamos pelos labirintos que nos levam à discussão entre linguística e lógica acerca dos enunciados que contenham indefinidos, porém não chegamos a um fim. Pudemos ver que nem sempre é a morfologia que nos fornece ajuda para decidir se um indefinido está sendo considerado pelo viés enunciativo ou existencial. Por exemplo, em (42) “Um homem loiro subiu ao telhado de minha casa ontem à noite”, “um” outorga a todo o enunciado um sentido existencial. Com efeito (42)



tem o mesmo significado que (43) Houve um homem loiro que subiu ao telhado de minha casa ontem à noite.

Em contraposição, se fizermos nossas as palavras do narrador de Dom Quixote (44) “*En un lugar da Mancha de cuyo nombre no quiero acordarme, no ha mucho tiempo que vivía um Hidalgo (....)*”, notaremos que “*un*” tem uma interpretação enunciativa porque “*un lugar*” é o lugar no qual está pensando o narrador. Outras vezes “*un*” não tem nem função referencial nem enunciativa, como em (45) “Um hábil magistrado é um homem útil à República”, em que “um” outorga ao enunciado um significado universal.

Em (46) “Alguns homens são cegos”, o indefinido “alguns” se comporta de forma semelhante a “um”, pois podemos ver que se admite uma interpretação existencial. Por outro lado, em (47) “Falaste algumas coisas que não deviam ser ditas”, o termo “algumas” admite uma interpretação enunciativa, pois se refere àquelas coisas em que está pensando o enunciatador e que podem não estar completamente presentes ao interlocutor.

Já o indefinido “certo” tende mais para uma interpretação enunciativa, mas nem sempre. Pensemos numa situação em que uma médica, plantonista em uma UTI, diz a um colega: (48) “Aqui há pacientes que não têm mais chance”, ou (49) “Penso em certos pacientes que não têm mais chance”.

A informação transmitida em (48) é óbvia. Todo o mundo sabe que na UTI há pacientes que morrem. Em (49) a informação dada parece maior, pois indica que o enunciatador está na posse de uma informação



suplementar por ter uma ideia de quais são aqueles pacientes que não têm mais chance. Assim, (49) admite, diferentemente de (48), a seguinte pergunta de um interlocutor, colega da médica, que solicita mais precisões:

(50) “Em quem estás pensando?”

Em resumo, tanto a hipótese enunciativa, quanto a existencial apresentam inconsistências. Afinal, se admitirmos a hipótese enunciativa sempre encontraremos exemplos de enunciados com indefinidos que têm uma interpretação existencial, se admitirmos a hipótese existencial também encontraremos exemplos de expressões com indefinidos que admitem uma interpretação enunciativa.

Contrariando tanto a linguística empirista (a qual argumentaria que do jeito em que o problema foi colocado aqui não poderia ser trabalhado), quanto a lógica conservadora (a qual argumentaria que o estudo de problemas de significado, referência e inferência requer que se considere uma linguagem artificial que expresse o conteúdo informacional que nos dão as linguagens naturais), optamos por nos situar num espaço híbrido que leva em conta o estudo das propriedades lógicas e semânticas da linguagem.

Assim, trouxemos lógicos medievais, Ducrot, Strawson, Geach e nos colocamos diante deles por meio de exemplos que nos afligem por terem em si indefinidos cujas análises nos trazem paradoxos semânticos da relação entre sentido e referência. Afinal, se em “Um homem subiu ao telhado de minha casa ontem à noite” “um” não funciona como premissa



universal de um silogismo, em “Um hábil magistrado é um homem útil a República”, sim.

Discutir esses paradoxos de um ponto de vista interdisciplinar não é tarefa fácil e aqui só demos os primeiros passos.

Referências

ARISTOTELES. *Les premieres analytiques*. Tradução francesa de J. Tricot. Paris: Vrin, 1983.

_____. *De l' interpretation*. Tradução francesa de J. Tricot. Paris: Vrin, 1984.

ARNAULD, A. e LANCELOT, C. *Gramática de Port Royal*. Tradução portuguesa de Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Murachio. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ARNAULD, A. e NICOLE, P. *La logique ou l'art de penser*. Flammarion: Paris, 1970.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. Tradução de Glória Novak e Luiza Neri São Paulo: Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

COPI, I. *Introducción a la Lógica*. Buenos Aires: EUDEBA, 1981.

DUCROT, O. Os indefinidos e a enunciação. In: *Provar e dizer*. Leis lógicas e argumentativas. São Paulo: Global Ed., 1981.

DUCROT, O.; TODOROV, T. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. 3 edição. São Paulo: Perspectiva, 2001



FREGÉ, G. *Estudios sobre semántica*. Tradução espanhola de Jesús Mosterín. Buenos Aires: Hyspamérica, 1985.

GEACH, P. *Reference and generality*. An examination of Some Medieval and Modern Theories. 3 edição. Cornell University Press, 1980.

GUILLAUME, Gustave. *Leçons de linguistique*, v. 8, Québec: Presses Universitaires de Lille, 1988.

KNEALE, W.; KNEALE, M. *El desarrollo de la lógica*. Madri: Tecnos, 1972

MONTAGUE, R. *Selected papers*. Yale University, 1974.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional*. Uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2 edição. São Paulo: UNESP.

O'Kelly, Dairine. Autour de la notion de personne. In.: RIVIÈRE, C. et GROUSSIÈRE, M. L. (eds.). *La notion*. Paris: Ophrys, 1997, p. 297-307.

QUINE, W.V O. Palabra y objeto. Tradução espanhola de Manuel Sacristán, Barcelona; Labor, 1968

RUSSELL, B. *Los principios de la matemática*. Tradução espanhola de J.C Grimberg. Madri: Espasa-Calpa, 1967.

STRAWSON, P. *Ensayos lógico-lingüísticos*. Tradução espanhola de Alfonso García Suárez e Luis M Valdés Villanueva. Madri: Tecnos, 1983.